



Classica - Revista Brasileira de Estudos
Clássicos

ISSN: 0103-4316

revistaclassica@classica.org.br

Sociedade Brasileira de Estudos
Clássicos
Brasil

Umpierre Carlan, Cláudio
ROMA: RELIGIÃO E PODER. OS SÉCULOS IV E V
Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos, vol. 26, núm. 1, 2013, pp. 67-85
Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=601770907008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^{dalyc}.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ROMA: RELIGIÃO E PODER. OS SÉCULOS IV E V

*Cláudio Umpierre Carlan**

*Universidade Federal de
Alfenas.

RESUMO: o artigo começa com uma descrição das últimas perseguições aos cristãos no mundo romano. Analisamos as questões políticas e sociais que ajudaram na legitimação do cristianismo, como religião das elites romanas, até sua oficialização durante o governo de Teodósio I, passando pelo conturbado período de guerras civis, após término da Tetrarquia.

PALAVRAS-CHAVES: Igreja, Poder, Moeda, Imagem, Símbolos.

ROME: RELIGION AND POWER IV AND V CENTURIES

ABSTRACT: The article begins with a description of recent persecution of Christians in the Roman world. We analyze the social and political issues that helped in legitimizing Christianity as a religion of Roman elites, until his official during the reign of Theodosius I, through the turbulent period of civil wars after the end of the Tetrarchy.

KEY WORDS: Church, Power, Money, Image, Symbol.

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século III d.C, o cristianismo começou a exercer um papel importante tanto na política, quanto na sociedade romana. No governo de Décio (imperador de 249 a 251), ocorreu uma grande perseguição aos cristãos. Nesse período, o império vivia uma grave crise militar, e o Imperador necessitava reafirmar a tradicional lealdade aos deuses. O Estado não poderia permitir um grupo que não aceitasse ou não fizesse parte dessa política. As pessoas que viviam no Mundo Romano tinham que fazer sacrifício aos deuses, para que os deuses fundadores do império, voltassem a ajudá-las.

Esse período de turbulência foi de suma importância para a Igreja Cristã, pois seu papel de evangelização cresceu nas províncias orientais do Império e em algumas zonas ocidentais do Mediterrâneo. Foram 50 anos de paz e prosperidade para os cristãos. Até que Diocleciano, durante o seu governo, organizou a última perseguição a eles (303-313), pondo fim nessa suposta felicidade. Uma mudança brusca, acerca da qual a maioria dos historiadores tem uma explicação pessoal. Mas, como não é o nosso objetivo discutir as várias correntes que analisaram esse período, ficaremos com a tradição cristã, segundo a qual Diocleciano cedeu às insistências de seu genro e César, Galério, segundo Lactâncio. Galério, como desculpa, acusou os cristãos de colocarem fogo no palácio imperial em Nicomédia (LACTÂNCIO: 1954, 132).

Com isso, o cristianismo, será a grande instituição sobrevivente da derrocada do Império Romano, auxiliando e legitimando os novos reinos bárbaros na formação de suas “nações”. Lógico que tudo dentro do interesse da própria Igreja Romana.

Inicialmente, trataremos do cristianismo e de sua associação ao Império, principalmente após a última perseguição realizada por Diocleciano no início do século IV, a luta entre as correntes rivais cristãs, até à oficialização do credo de Nicéia. Neste caso, utilizamos as documentações numismáticas, que fazem parte da nossa linha de pesquisa, cotejando-as com as fontes impressas.

Em um segundo momento, tentaremos analisar a união da Igreja com os reinos bárbaros que se formaram após a destruição de Roma. Nesse caso colocaremos em destaque o Reino Saxon e o Reino Franco, e a dificuldade do trabalho em cima das raras fontes manuscritas do período.

A Tetrarquia de Diocleciano

Após o assassinato de Numeriano (283-284), Caio Aurélio Valério Diocleciano, ilírio de Dalmácia, foi proclamado imperador pelos seus soldados. Apesar de possuir um nome ilustre, Valério, ele não descendia da aristocrática família romana do mesmo nome. Portanto não era um patrício. Seu pai era um liberto, ex-escravo, da Dalmácia (ANDREAU: 1993, 187). Para evitar um fim igual ao dos seus antecessores, assassinado por seus soldados, tratou de apoiar-se em elementos de sua confiança, e do mesmo mundo social. Exemplo disto são os membros da futura *tetrarquia*, Galério (305-311), seu adjunto, guardara gado nos Cárpatos; Maximiano (285/286-305), antigo colega de armas. Eles e seus sucessores escolheram auxiliares de passado idêntico.

No ano de 286, inicia-se uma série de reformas que, por algum tempo, restauram a ordem. Inicialmente, é instalada uma *diarquia* ao lado de Maximiano, onde a fraqueza de um é a força do outro. O grande administrador e estrategista, aliase ao poderoso militar. Começam a surgir questões em que aparece o excesso de arbitrariedade por parte do *reformador*: a reformulação dos impostos, como a *anona*; fortalecimento das classes dos *curiales*; e fixar os agricultores, colonos ou arrendatários sobre as terras que cultivassem, proibindo-lhes abandoná-las. Os trabalhadores urbanos deveriam permanecer em suas profissões, transmitindo-as a seus descendentes, instituindo assim, um sistema de classes, até então desconhecido em Roma, com o objetivo de manter imobilizada a estrutura econômica do Império.

O sistema de *diarquia* é ampliado para *tetrarquia*, com participações recíprocas de Galério e Constâncio Cloro como Césares, ambos ligados por grau de parentesco, através do matrimônio com as filhas dos respectivos Augustos.

Diocleciano(Júpiter)=Prisca Maximiano (Hércules)=Eutropia=Anibaliano

Galério=Valéria

Constâncio-Cloro=Teodora

A função destes *Césares* não é apenas administrativa, mas também fortalecer o seu *Augustus*. Galério, César de Diocle-

ciano, seria mais um general que um administrador, acontecendo o oposto com Constâncio Cloro, César de Maximiano. Um deveria ajudar ao outro em caso de perigo imediato: o Augusto e o César Oriental viriam em socorro do colega ocidental. O voto de amizade entre eles foi representado no monumento aos tetrarcas em Veneza, onde os quatro aparecem abraçados. É bom deixarmos claro que este fato não impediu a intromissão do Augusto na área de responsabilidade do César, mas foi bem restrita. Com isso, ocorreu uma inversão do eixo político. Roma passou para um segundo plano, após a oficialização das novas capitais: Aquilea e Tréveres, no ocidente, Sírmio e Nicomédia, no oriente. Esta última, a mais atingida pela grande perseguição de 303, citada por Lactâncio nos seu tratado vitriólico *De Mortibus Persecutorum*.

Estas metamorfoses transformaram profundamente o Império. A monarquia à maneira oriental, separação dos poderes civil e militar, centralização administrativa são alguns exemplos claros destes acontecimentos. O que Diocleciano queria era voltar aos tempos áureos de Roma, das antigas tradições, fortalecendo a divindade do imperador. Ele, Júpiter, a divindade solar. Em suas moedas, na legenda do *reverso* (coroa), vem inserido *IOVI AVGG* ou *IOVI CONSERVAT*. Sem dúvida, uma alusão à principal divindade do principado.

No dia 31 de março de 297, é lançado o Édito de Perseguição, defendendo a religião Imperial (pagã), contra as novas crenças. Em 301, os tetrarcas tentaram, através de um édito, *EDICTUM DIOCLETIANI ET COLLEGARUM DE PRETIIS RERUM VENALIUM*, ou Édito Máximo de Preços, fixando os preços máximos para os produtos de consumo, conhecido na nossa sociedade “moderna e contemporânea” como congelamento de preços e salários. Aliás ainda muito em voga pela nossa tradicional classe política. Como hoje, não forneceu resultados favoráveis, estimulando o contrabando e a corrupção, atingindo o proletariado, a classe média urbana e rural; resultando no esvaziamento cada vez maior dos campos, acentuando o êxodo rural, não para as cidades romanas, como também para as comunidades germânicas estabelecidas fora das fronteiras imperiais. Todo o esforço era consagrado ao governo e se negava ao simples cidadão quase tudo. Surgia o *patronato*, aumentando o número dos colonos protegidos: *os patrociniium potentiores*. Os grandes proprietários, os *potentiores*, protegiam os médios e pequenos, acolhendo-os como

arrendatários e colonos, recebendo, em troca, as suas terras. Maier descreveu que “o cidadão era somente um súdito, cujo primeiro e principal objetivo era servir o Império, trabalhando para a sua manutenção. Este governo absoluto foi, em certo sentido, uma criação restauradora (MAIER: 1972, 101).

O que realmente Diocleciano queria era reconstruir, a qualquer preço, a grandeza romana, em vias de extinção, mesmo que, para isso, provocasse a ruína da maioria dos cidadãos, empenhando-se ao máximo para restaurar o culto aos deuses e impondo o seu próprio aos seus súditos período este conhecido como Dominado, em oposição ao Principado, na História de Roma.

Constantino e a guerra civil

Após a abdicação de Diocleciano e Maximiano, em 305, depois de completarem 20 anos de governo, conforme havia sido combinado no ano de 285, sucederam seus respectivos *Césares*: Galério governando o Oriente, e Constâncio Cloro governando o Ocidente, agora ambos com o título de *Augustus*. Estes escolheram novos *Césares*: Maximino Daia e Flávio Cloro Severo, dando prosseguimento ao sistema de *tetrarquia* inaugurado por Diocleciano. Este último, para garantir o bom comportamento do *César Ocidental*, trouxe para a sua corte em Nicomédia, como refém, o filho bastardo de Constâncio e sua concubina Helena: Constantino que, ainda muito jovem, alistou-se no regimento de Diocleciano, sendo também aproveitado por Galério, não apenas por ser um brilhante oficial, mas para garantir a lealdade do pai, em Milão (Mediolanum).

Nesta segunda tetrarquia, seguia-se o modelo da anterior. Caso um *Augusto* viesse a falecer, o seu respectivo *César* assumiria a função. Deste modo, afastavam do poder os chamados herdeiros de sangue: Constantino e Maxêncio, filho de Maximiano. Segundo Piganiol, esta foi a principal causa das desordens que se seguiram (PIGANIOL: 1971, 134). Outro problema encontrado foi em relação à função de “Augusto”, que não era de combater, e sim, de administrar. Ao invés de regressarem para o sul, os novos imperadores permaneceram na frente: Constâncio em Tréveres ou Trier e Galério em Sérdica, deixando para segundo plano a administração imperial. Aproveitando-se disto, Constantino

foge do quartel general de Galério, atravessa toda a Europa, e encontra-se com o pai na Bretanha.

Em 25 de julho de 306, Constâncio vem a falecer, e o exército proclama Constantino como imperador. Maxêncio, com o apoio de Roma que, segundo a determinação de Galério, teria de pagar os impostos como as outras cidades do Império, sublevou-se em 28 de outubro de 306. Um ano mais tarde, morria Flávio Severo, em decurso de uma guerra. Era escolhido para seu sucessor um antigo companheiro de armas de Galério, Licínio. Assim seis “imperadores” disputaram o cargo – Galério, Maximiano, Maximino Daia, Licínio, Maxêncio e Constantino -, iniciando assim o processo de alianças e, depois de eliminação dos pretendentes. Maximiano firmou um acordo com Constantino, na Gália, dando-lhe em casamento sua filha Fausta. Depois do fracasso da conferência convocada por Galério em 308, numa tentativa de resolver a questão do poder imperial, Maximiano volta para a Gália e proclama-se *Augusto*. Constantino atravessa o Reno até Marselha e derrota o sogro, dando-lhe o direito de escolher como desejava suicidar-se. Ele escolheu o enforcamento.

Galério, o verdadeiro herdeiro da tradição política de Diocleciano, que conseguiu persuadi-lo a realizar a última grande perseguição aos cristãos (303-310 ou 311), mostrando-o que seria de interesse público acabar com o cristianismo, cai mortalmente doente e vem a falecer na Páscoa do ano de 311, contando com a presença de seu velho amigo Licínio à sua cabeceira. Antes de morrer assinou o Édito de Tolerância, garantindo, assim, o modo de pensar da Igreja. Mesmo este ato não o livrou da difamação, sendo criticado pelos escritores cristãos da época, principalmente Lactâncio e Eusébio de Cesaréia que, o comparavam, em ferocidade, aos seus animais de estimação: os ursos.

Os três *Augustos* sobreviventes dividiram o Império entre si, unindo-se contra Maxêncio que dominava a Itália e a África. Licínio ficou com os Balcãs e a Ilíria, Constantino governava a Gália, Espanha e Bretanha; e Maximino Daia invadiu e anexou a Ásia Menor, e o controle do Egito e da Síria. Este último, secretamente, começava a aproximar-se de Maxêncio. Constantino e Licínio se unem para enfrentar o novo inimigo.

Sobre a luta que se decorreu nos portões de Roma, chegou até nós a obra de Lactâncio. O retórico cristão nos narra os acontecimentos:

...Maxêncio se confinava em Roma porque um oráculo havia lhe predito que morreria se transpusesse as portas da cidade... Constantino foi advertido, durante seu sono, para que marcasse nos escudos o celeste sinal de Deus e iniciasse dessa maneira o combate.... (LACTANCIO: 1952, 85)

As duas versões cristãs, que chegaram até nós, em latim escrita por Lactânncio, e em grego por Eusébio de Cesaréia, trazem algumas diferenças. Eusébio, por exemplo, cita que a visão de Constantino foi durante a batalha da Ponte Mílvia, e não durante o sono. Maxêncio, que era pagão, é retratado por estes autores como tirano, sendo, então, derrotado por Constantino, auxiliado pelo Deus cristão, segundo Lactânncio e Eusébio, morrendo afogado no rio Tibre. Ao entrar em Roma, vitorioso, Constantino é recebido com grande alegria pelo povo e pelo Senado, que mantiveram os mesmos cargos que haviam ocupado no período anterior.

No ano de 313, Licínio promoveu uma aliança, por meio de um casamento, com Constância, irmã de Constantino que, então, governava em Roma com um exército fortalecido pelas orações ao Deus supremo. Atribuindo a vitória alcançada sobre Maxêncio à proteção do Deus cristão, em comum acordo com Licínio, decidiu, através do Édito de Milão (313), reconhecer o direito à liberdade de culto para os seguidores do cristianismo, bem como a devolução dos bens confiscados. Foi adotada a data dos festejos do culto ao sol, deus Apolo, para comemorar o nascimento do “Salvador”: 25 de Dezembro. O respeito dado por Constantino aos templos pagãos, como o título de pontífice máximo, ostentado por ele, mostra que a liberdade de culto, através do Édito de Milão, era tanto para os cristãos como para os pagãos. É revogada a lei de Otávio Augusto sobre o celibato, a crucificação é teoricamente abolida, e em 321, o domingo, o dia do Senhor, obtêm o reconhecimento oficial, como festividade religiosa e dia de descanso (DODDS: 1975, 79). O alto clero, a partir de 314, começou a castigar com a excomunhão os soldados cristãos que tinham desertado dos exércitos imperiais.

Licínio e o seu exército partem ao encontro de Daia, que não aceitava a recusa dos cristãos ao dever público de honrar os deuses, sendo este derrotado e seus conselheiros anticristãos torturados até a morte. Maximino Daia morreria logo depois, de morte natural, ficando, assim, o Império dividi-

do, por pouco tempo, entre Constantino e Licínio. Mas, em 316, pretextando que seu colega recomeçara a perseguição aos cristãos, Constantino atacou Licínio, retirando-lhe quase todas as possessões aequên. Em 324, Licínio foi completamente derrotado, e sua capital, Nicomédia, capturada. A princípio, Constantino concedeu-lhe a vida, mas acabou matando-o um ano depois. Eusébio de Cesaréia prontamente apagou de sua obra todos os elogios que fizera a Licínio.

De todos os pretendentes ao trono do Império, sobrevivera apenas Constantino, auxiliado pelos antigos perseguidos, depois perseguidores, cristãos. A influência religiosa vai tornando-se cada vez mais forte, como mostram as novas moedas romanas que, a partir de 315, aparecem com o símbolo cristão.

O que nós podemos concluir com este período conturbado vem escrito numa frase do general e filósofo chinês Sun Tzu:

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas. (SUN TZU: 1992, 12)

Neste caso fica claro que, Constantino conhecia bem o seu adversário, ao ponto de minar a sua única força: a cidade de Roma. Feito isto, estavam abertas as portas do Império.



Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Foto: Cláudio Umpierre Carlan, maio de 2002.

Anverso ou cara, busto só (nu), de Constantino I, à direita. Na legenda a alusão ao Imperador como *Augustus* (CONSTANTINVS AVG). No reverso, os votos de 20 anos de governo, circundados por uma coroa de louros.

As moedas laudatórias tinham por função passar uma mensagem de louvor e compromisso entre governante e go-

vernados. Constantino pretendia comemorar os seus 20 anos de governo, cunhando peças semelhantes às da tetrarquia (da qual se achava o legítimo sucessor). A estrela existente depois da inscrição VOT XX remete aos tempos de Otávio Augusto (ele mesmo legítimo sucessor de Júlio César, assassinado no Senado). Otávio teria visto uma estrela cadente ou cometa cruzando os céus. Ele interpretou como uma mensagem de Júlio César, reconhecendo Augusto como seu sucessor. Legitimando dessa forma o poder imperial. Essa amoedação data de 324 – 325, em Heracléia (Macedônia). Trata-se de um *aes*, pequena moeda de bronze, uma das mais antigas de Roma. Utilizada, principalmente, para o pagamento das tropas e pequenas operações econômicas.

Sucessão e Crise

Flávio Júlio Constâncio, filho de Constantino I, o grande, e de Fausta, foi considerado o mais eficiente administrador dentre os herdeiros do pai. Foi eleito *César* pelo pai em 324. Em 333, instala-se em Antioquia, parte Oriental do Império Romano. Após a morte de Constantino, em maio de 337, recebeu em testamento a parte Oriental do Império. Tal afirmação é discutida por Rémondon que, usando como base o testemunho numismático, Constantino havia pensado em seu filho mais velho, Constantino II, como herdeiro do Império (RÉMONDON: 1973, 72). Mas couberam ao irmão mais velho a Bretanha, a Gália e a Espanha. E ao mais jovem, Constante, a Itália, África e a Panônia. Os primos Flávio Júlio, Dalmácio e Anibaliano, ficaram respectivamente com os Balcãs e a Ásia Menor.

Mesmo com a divisão administrativa do Império Romano em dois blocos, Ocidente e Oriente, não se garantia a coesão e nem inibia a disputa dentro do seio da família imperial.

As muitas suspeitas entre filhos e sobrinhos de Constantino tornaram o governo inviável. Provavelmente Constâncio II, o homem forte do novo regime, fortalecido por campanhas vitoriosas (cunhando moedas que representam este fato), os instigou ao massacre, em Constantinopla, de toda a facção de seus tios e primos, deixando vivos, mas sob sua custódia, os seus jovens primos, os irmãos Galo e Juliano. Depois da eliminação de Constantino II, no ano de 340, Constâncio continuou a reinar no Oriente e Constante no Ocidente, até ser

morto por Magnêncio em 350. Entretanto, em 353, Constâncio derrota Magnêncio, tornando-se o único Imperador.

No ano de 351, nomeou Galo para a posição de *César*, mandando executá-lo, por motivo de traição, em 354.

As invasões bárbaras na Gália, em 355, forçaram-no a elevar Juliano à posição de *César*, para que se encarregasse da região, enquanto ele mesmo voltava para o Oriente, a fim conter os ataques persas.

Chegando a Milão no dia 6 de novembro, Juliano casa-se com Helena, irmã de Constâncio, sendo desta maneira associado ao trono. Na Gália, derrota os alamanos em Estrasburgo, em 357, conseguindo, assim, restaurar as fronteiras do Reno.

Em 360, Constâncio tentou desviar algumas das melhores tropas de Juliano para a Pérsia, mas quando atravessavam Paris, onde o “César” passava o inverno, as legiões se amotinaram e o proclamaram “Augusto”. Constâncio recusou-se a confirmar a proclamação e, no fim de 361, Juliano marchou para leste a fim de combatê-lo. Constâncio saiu da Antioquia para contra-atacar, mas morreu de febre na Ásia Menor, poupando-lhe uma guerra civil.

Após receber o diadema e a “púrpura”, Juliano faz cumprir o Édito de Milão, ou seja, estabelecendo a liberdade de culto. Sendo defensor do paganismo místico, procurou enfraquecer os cristãos, fortalecendo outras formas de representações religiosas. Segundo Peter Brown, se Juliano tivesse vivido mais tempo, não deixaria que o cristianismo continuasse a ser uma religião das classes governantes (BROWN: 1971, 98). Para reforçar este último clarão da reação pagã, escreveu o opúsculo *contra os galileus*.

O que devemos ressaltar sobre estas duas tão distintas administrações é a estabilidade e continuidade ao sistema de Constantino, dada por Constâncio, este, ariano moderado, opondo-se a Athanásio, fazendo esforços constantes para obter a unidade da Igreja em torno de um credo ariano moderado. Enquanto Juliano, criado dentro de uma educação cristã ariana, procura restaurar a força do paganismo, como um retorno aos áureos tempos do Principado, aproximando-se de Libânio, professor de retórica em Antioquia, e dos neoplatônicos como Máximo de Éfeso. Sua morte prematura elimina o que Ferdinand Lot chamou do último “canto do cisne” do helenismo (LOT: 1985, 141).

Depois da grande perseguição do século III, encerrada no ano de 260, o cristianismo passa a gozar de uma paz externa de aproximadamente quarenta anos, da qual tirou grande proveito.

Essa suposta aequência vai acabar durante o governo de Diocleciano, que organizaria a última grande perseguição, uma mudança brusca, acerca da qual a maioria dos historiadores tem sua explicação pessoal. Mas, como não é o nosso objetivo discutir as várias correntes que analisaram este período, ficaremos com a tradição cristã, segundo a qual Diocleciano cedeu-se às insistências de seu genro e César, Galério (LACTÂNCIO: 1954, 67).

Através dos relatos de Lactâncio, podemos dividir essa perseguição em três etapas: depuração no palácio; no exército, nas funções administrativas; e, finalmente, afastamento de todos os funcionários graduados que se recusavam a praticar o sacrifício aos deuses. A meta da tetrarquia era um retorno aos bons tempos do principado, a começar pelo culto religioso. Depois, vieram os editos. Quatro deles sucederam-se, no decorrer do ano de 303 e no início de 304, cada um assinalando, em relação ao precedente, um agravamento. E, por último, a atribuição aos cristãos do incêndio do palácio imperial de Nicomédia, por ocasião de uma estada na cidade de Diocleciano e Galério. Como acontecera meio século antes, todos os cidadãos do império foram obrigados a realizar os sacrifícios, sob pena de condenações à morte na fogueira.

A tradição cristã considera essa perseguição como mais violenta e cruel do que as anteriores. Dodds, na primeira parte da sua obra *Paganos y Cristianos uma une Epoca Augusta*, não concorda com esta opinião. Para ele, tanto a brutalidade quanto a duração, dependem muito da região do império a que estivermos nos referindo. Na parte de Constâncio Cloro, Gália e Bretanha, as pessoas foram poupadas e os bens só foram atingidos no mínimo exigidos pelo respeito para com a autoridade do Augusto mais importante; ocorreram também casos em que os magistrados obrigavam os cristãos, amarrados a cavalos, a entrarem nos templos e fazerem o juramento, para logo depois libertá-los. No resto do Ocidente, a perseguição foi violenta, mas breve, porque Maximiano, o outro Augusto, abdicou em 305, juntamente com Diocleciano, pois existia um acordo entre os tetrarcas de que, após vinte anos de go-

verno, ambos se afastariam de suas funções. Mas, no Oriente, irá se prolongar até à vitória de Constantino sobre Licínio, em 324. Entre os anos de 313 a 320, porém, ficou interrompida.

Essas variações da política religiosa foram dirigidas ao mesmo tempo pela paixão e pelo cálculo, que se refletem nas diversas moedas, demonstrando que a atuação do cristianismo era sentida e passava a ser incorporada, durante esse longo período. O lábaro cristão de Constantino aparece tanto nas moedas de seu filho e sucessor, Constâncio II, como na de outros imperadores, como Joviano e Valentiniano I, acompanhadas da legenda, contida no reverso, FEL TEMP REPARATIO, ou seja, um ressurgimento da grandeza romana através do baluarte cristão (FUNARI, CARLAN: 2007, 142).



Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, foto Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 1997.

Moeda de bronze, denominada AE 1/2 centenionalis, cunhada entre os anos de 345 – 347, na cidade de Alexandria, por ordem do Imperador Constâncio II. A imagem representa um soldado ou legionário romano (ou o próprio imperador) derrotando um inimigo, soldado bárbaro-germânico. Este pedindo misericórdia. A riqueza dos detalhes, como escudo, a lança, a espada do vencido caindo ao solo, o escudo sendo pisoteado pelo vencedor demonstra a importância em destacar tal fato. Na legenda FEL TEMP (REPA) RATIO, Retorno aos Bons Tempos. A ordem correta imperial estava sendo restabelecida: soldado imperador, matando um inimigo estrangeiro (WARD-PERKINS: 2007, 49).

Notamos, também, essa influência nas moedas cunhadas durante o reinado de dom Manuel I (1469-1521), rei de Portugal. Nas peças, aparecem o símbolo cristão de Constantino,

uma letra X, virada transversalmente e cuja ponta superior era inflectida (presente no *labarum* imperial de Constâncio: P), acompanhado da frase: *IN HOC SIGNO VINCES (POR ESTE SINAL VENCERÁS)*.

É importante ressaltar que os símbolos cristãos surgem nas moedas de Constantino, a partir do ano de 315, sendo rapidamente assimilados pela sociedade e associados aos *ícones* pagãos (CARLAN: 2012, 88).

Não é nossa intenção analisar os fatores que fortaleceram a conversão de Constantino, se foi a revelação divina que nos narram os historiadores cristãos, diante da ponte Mílvia, ao norte de Roma, à espera do exército de Maxêncio, ou simplesmente um frio cálculo de oportunismo político. Mas, o que devemos deixar claro é que a tolerância, herança de seu pai Constâncio Cloro, para muitos chefes é a única solução. Mesmo Galério, irredutível adversário do cristianismo, aceitou este ponto de vista. Alguns dias antes de sua morte, gravemente enfermo, na primavera de 311, publica o Editto de Tolerância, reconhecendo o malogro da perseguição. Tal edito nunca foi ab-rogado.

No início de 313, antes de entrar em campanha contra Maximino Daia, que não era favorável à tolerância aos cristãos no Oriente, Licínio encontrou com Constantino em Milão, já senhor do Ocidente. Dessas conferências resultaram, ao menos, algumas instruções, das quais podemos manter, por convenção, o nome tradicional de Editto de Milão.

Após derrotar a Licínio que, por sua vez, tornara-se perseguidor, em 324, Constantino procurando aequilibrar os pagãos do Oriente, reafirma a tolerância religiosa. Eusébio de Cesaréia em sua obra: *De Vita Constantini*, além de mudar a sua opinião sobre Licínio, pois, antes dessa perseguição promovida pelo então senhor do Oriente, o havia elogiado em seus escritos, reforça esta política constantiniana (EVSEBIVS PAMPHILI: 1902, 21). Devemos deixar claro que existem certas diferenças em várias passagens entre a obra de Eusébio, escrita em grego, e a de Lactâncio, escrita em latim.

Seria exagero falarmos de uma perseguição ao paganismo, mas Constantino proibiu certos sacrifícios. O domingo tornou-se o dia de repouso legal, interditando a realização de qualquer ato oficial, exceto a alforria de escravos. Os bispos conseguem o direito de jurisdição sobre os membros do clero, e sua arbitragem foi reconhecida como inapelável para os processos civis entre os

leigos. Existe um desejo de fazer da Igreja um organismo oficial, de associá-la à vida e ao funcionamento do Estado.

O paganismo, entretanto, ainda conserva posições muito sólidas. Em sua grande maioria, o exército ainda lhe era fiel. Geralmente, os “mistérios de Mitra”, era um dos mais importantes cultos de mistérios, que prometia a imortalidade aos iniciados e eram adotados pelos soldados (ULANSEY: 1984, 114), tanto que Juliano, quando foi iniciado nestes mistérios por Máximo de Éfeso, se faz acompanhar por dois membros da sua escolta que respeitassem e acreditassem em tal culto. Na ocasião, o futuro imperador ainda estava sob o cetro de Constâncio. Grande parte dos intelectuais com um certo renome eram pagãos, como Libânio, muito requisitado por alunos pagãos (Juliano), como também por cristãos (Gregório de Nissa, Gregório Nanzianzeno, João Crisóstomo). E, principalmente em Roma, eram também pagãs as antigas famílias senatoriais, cuja riqueza era considerável e que forneciam importantes funcionários ao império. Apesar disto, salvo alguns breves intermédios, a autoridade, a partir de Constantino, sempre esteve nas mãos dos cristãos. Momigliano acrescenta, ainda, que a tentativa de renascimento pagão chegou tarde, e desapareceu muito rapidamente para que tivesse êxito.

Alguns imperadores voltaram à ideia de tolerância. Valentiniano I e seu irmão Valente proclamaram-na numa lei de 364, renovando-a sete anos mais tarde. Nesse caso, o imperador ainda mantém o título de sumo-pontífice, numa tentativa de melhor vigiar e controlar o paganismo. Teodósio I foi o primeiro que não o assumiu, por ocasião de seu advento, afirmando assim a separação entre o Estado e aquilo que Maximino Daia e Juliano haviam procurado organizar como Igreja pagã, dotada de uma hierarquia sacerdotal. Já Constâncio II mandara retirar da sala das sessões do senado romano o altar colocado diante da estátua da Vitória, no qual os senadores pagãos queimavam alguns grãos de incenso; Juliano o havia restabelecido, mas voltou a desaparecer em 382 e, a despeito de inúmeros protestos, só irá reaparecer, de maneira efêmera, no tempo, de Eugênio (392-394). Apesar disso, o símbolo da Vitória, uma mulher alada e, em alguns casos, de dorso nu, foi muito representado nas peças de vários imperadores, tanto cristãos, como Constâncio, ou pagãos, como Juliano (CARVALHO: 2010, 154).

O grande golpe dado no paganismo foi o estrangulamento econômico, por meio de confiscos, da interdição de sacrificar, de consultar oráculos, de visitar templos, ou seja, do que lhe proporcionavam rendimentos ocasionais, aliados a promulgações de leis violentas e precisas, como as de 356, nas quais eram proibidos, sob pena de morte, celebrar sacrifícios, adorar os ídolos, entrar nos templos. Mas, coube a Teodósio, em 392, promulgar uma lei que, finalmente fora aplicada com rigor, com minuciosas especificações, atingindo com pesadas multas os recalcitrantes e os funcionários negligentes, proibindo qualquer ato do culto, embora não sangrento, mesmo no interior das casas e propriedades privadas. Assim sendo, o já alquebrado paganismo irá desaparecer, praticamente, nos séculos vindouros.

Com o apoio do braço secular, a Igreja tratou de eliminar os seus inimigos internos, os heréticos. Para isto, foram realizados vários concílios, desde o reinado de Constantino numa tentativa de definir uma ideologia a ser seguidas onde a intervenção do imperador em defesa de um ou outro bispo era comum. Podemos citar, por exemplo, o antagonismo existente entre os irmãos Constâncio, ariano, e Constante, defensor do Credo de Nicéia. Com a morte deste, Constâncio impõe a sua vontade nos Concílios de Arles (353) e Milão (355), condenando os nicenianos, de Athanásio.

Podemos dividir essa querela em dois grandes grupos: o dos nicenianos, ou homoousianos, que acreditavam na consubstancialidade entre pai e filho; e os arianos, partidários da doutrina defendida por Ário, que, por sua vez, dividiam-se em três grupos: os moderados ou homoiousianos, que acreditavam numa similitude substancial, os homeos, segundo os quais não existia similitude substancial, mas em comum, elas aequênc a divindade de Jesus Cristo. Já os radicais ou anomeos, indiretamente, negavam a divindade de Cristo. Juliano, numa tentativa de enfraquecer o cristianismo, irá chamar os nicenianos exilados por Constâncio, restituindo seus antigos bispados. A esperança do filósofo era de que as discussões recomencessem, desestruturando os *galileus*. Ambrósio, bispo de Milão no governo de Teodósio, irá atrair os arianos moderados para o Credo de Nicéia.

Concordamos com Rémondon que afirma, desde o Concílio de Sirmio (351), ocorrer uma anarquia teológica

(RÉMONDON: 1987, 79); o que, fica bem claro, através da citação de Hilário de Poitiers, contemporâneo dos fatos, niceniano exilado por Constâncio, ao dar a sua visão geral das controvérsias: “Cada ano, cada mês, damos uma nova definição de fé”.

Assim, associando-se à Igreja, o Estado penetrou nas querelas religiosas e a história do século IV mostra uma sociedade que, submetida a esses acontecimentos, aumentou as perturbações que agitavam o império.

A IGREJA E A CRISTIANIZAÇÃO DOS REINOS BÁRBAROS: O PROBLEMA DAS FONTES ESCRITAS

Não é o nosso objetivo realizar um estudo sobre todo o processo de cristianização realizado pela Igreja, a partir do final do século IV. Por isso ficaremos restritos aos exemplos bretões e francos que são os mais analisados neste período.

A Grã-Bretanha anglo-saxã antes de Beda, o Venerável: pobreza quase absoluta de fontes escritas¹

1. A realização desta resenha só se faz possível graças as aulas ministradas pelo Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso, no curso de Pós-Graduação em História (Arqueologia Antiga e Medieval), realizado na Universidade Federal Fluminense em 1998.

Quando Beda, o Venerável escrevia, no início do século VIII, sua *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, concluída em 731, seu problema no relativo às fontes primárias escritas não era muito diferente do nosso no tocante aos anos que vão da retirada das tropas romanas da ilha em 410 até à missão romana cristianizadora chefiada pelo monge missionário Agostinho (597), uma falta quase absoluta de tais fontes, sobretudo das que pudessem assegurar um conhecimento seguido da cronologia, dos governantes, das instituições. Para preencher esta lacuna, Séculos V e VI, Beda foi obrigado a parafrasear um autor bretão (um celta da *Britannia*), o padre Gildas.

Por este motivo, os historiadores ingleses do século XIX decidiram chamar sua História durante a Alta Idade Média de *Dark Ages* (termo esse amplamente utilizado pelos filósofos iluministas do século XVIII). É bom ressaltar que tal afirmação se difundiu numa época, conhecida pelos pesquisadores como *historicismo*, onde se consideravam as fontes escritas como a base mais ou menos única para o trabalho científico dos historiógrafos.

De excidio a conquestu Britanniae (A respeito da ruína e da conquista da Britannia), o texto de Gildas, data de meados do século VI, tendo o próprio Gildas morrido em 572. Hoje tal escrito, de intenção moral – o autor o descreveu como uma epístola e também uma *admonitiuncula*, ou seja, como uma “carta” e uma “pequena advertência” –, é considerado muito pouco confiável na maior parte de sua secção histórica. Além de Gildas, dispõe-se de alguns dos materiais reunidos no Manuscrito Harleian 3859 do Museu Britânico, uma miscelânea que parece datar, no estado em que a temos, do século X, embora contendo elementos autênticos – alguns valiosos – dos séculos V e VII (a *Historia Britonnum* que, entre outras coisas, integra a miscelânea em questão costumava ser atribuída a um autor chamado Nennius). E, por fim, a *Crônica Anglo-Saxã*, compilada a partir do reinado de Alfredo, o Grande (871-899), utilizou algum material sem dúvida antigo, proveniente da tradição oral. Não existem outras fontes narrativas que possam ser atribuídas aos séculos “obscuros”, ou seja, V até VII, sendo a situação especialmente difícil para os séculos V e VI.

O Império de Clóvis: a origem mística e a aliança Estado / Igreja

A origem da dinastia merovíngia, atribuída a Clóvis ou Clodoveu e seus descendentes, ainda é muito discutida pela historiografia. Uns pesquisadores defendem a ideia de que a lenda de Meroveu, avô de Clóvis, não passou de uma invenção para tornar a nova família governante legítima. Outros atestam a existência de Meroveu, mas, em decorrência da falta de fontes escritas, justificam uma união entre a realidade e o mito, algo semelhante que já havia acontecido com o Círculo Arthurniano e Robin Hood.

Marc Bloch em seu livro *Os Reis Taumaturgos*, acrescenta a importância de um rei, ou família, utilizar uma origem divina ou mística para uma legitimação política. Assim viria a unção do governante, como um sacerdote, e o poder de cura através do toque do monarca (BLOCH:1983, 56), este último já utilizado pela dinastia constantiniana do século IV.

Outra lenda identificada à vida de Clóvis, foi a do seu batizado. Segundo a tradição cristã, durante uma batalha, o rei franco teria pedido o auxílio divino de Jesus Cristo, para vencer a contenda, pois sua esposa Clotilde era cristã. Feito

vencedor, ele e seus guerreiros são batizados por São Remígio ou Remi, em Reims, no ano de 496.

Na realidade, Clóvis foi beneficiário de uma aliança dupla – uma com o rei dos burgúndios, Gondebaud, tio de Clotilde; e outra com a própria Igreja, em aequência de sua conversão ao cristianismo ortodoxo, tendo, desta forma, o apoio necessário para derrotar os visigodos, adeptos do arianismo. No ano de 508, depois de estabelecer a sua capital em Paris, recebeu de Anastácio I, Imperador Romano do Oriente, as insígnias que o tornaram representante da autoridade imperial no ocidente gaulês. Em contrapartida, protegeu o clero romano. Com isso, Clóvis lançou as bases do ocidente cristão e da força territorial dos merovíngios, como herdeiros legítimos de Roma e Constantino.

FONTES NUMISMÁTICAS

Moedas de Constantino I e Constâncio II, no acervo do Museu Histórico Nacional, Medalheiro de Número 3, Lotes Números: 13 ao 26, Lâminas de Números: 2, 3, 4, 5, 6; Lotes: 27, 28, Lâminas de Números: 1, 2, 3, 4, 5, 6; Lote: 29, Lâminas de Números: 1, 2, 3 ; Lote Número 33, Lâmina de Número 6, Lote de Número 34, Lâmina de Número 1.

REFERÊNCIAS

ANDREAU, J. *Il Liberto*. In: GIARDINA, A. *Il L'Uomo Romano*. Prima edizione. Roma: Editori Laterza, 1993.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. Lisboa: Edições Europa – América, 1983.

BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Clássico*. De Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Moeda, Política e Propaganda: as Moedas de Constâncio II*. Santos: Artefato Cultural, 2012.

CARVALHO, Margarida Maria de. *Paideia e Retórica no Século IV d.C. A Construção da Imagem do Imperador Juliano Segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.

DODDS, E.R. *Paganos y Critianos uma Epoca Augusta*. Madrid: Crisandad, 1975.

EUSEBIUS PAMPHILI, Bispo de Cesaréa. *De Vita Constantini*. V. 7. Lib. I. Leipzig: Texto da edição I. A. Heikel, 1902.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Coleção Textos Didáticos n. 62. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2007.

LACTÂNCIO. *De Mortibus Persecutorum*. Paris: Ed. J. Moreau, 1954.

LOT, Ferdinand. *O Fim do Mundo Clássico e o Princípio da Idade Média*. Tradução de Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1985.

MAIER, F. *Las Transformaciones a Mundo Mediterráneo*. Siglos III-VIII. Madrid: Siglo XXI de España, 1972, p. 101.

PIGANIOL, André. *História de Roma*. Buenos Aires: EUDEBA, 1971.

SUN TZU. *A Arte da Guerra*. Tradução de José Sanz. 17^a. a. Rio de Janeiro: Record, 1996.

RÉMONDON, Roger. *Las Crisis a Imperio Romano*. De Marco Aurelio a Anastacio. 2^a. a. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

WARD-PERKINS, Bryan. *La Caída de Roma y a Fin de a Civilización*. Traducción Manuel Cuesta e David Hernández de a Fuente. Madrid: Editorial Espasa Calpe S.A., 2007.

ULANSEY, David. *The Origins of Mithraic Mysteries*. Cosmology and Salvation in the Ancient World. New York: Oxford University Press, 1989.

Recebido em Fevereiro de 2013

Aprovado em maio de 2013

